

As espadas e o espadim de aluno da Escola Militar: da Praia Vermelha à AMAN

Érico Storto Padilha*

Carlos Alexandre de Almeida Costa**

Espada de aluno ou espadim de cadete?

Como ponto de partida, é fundamental iniciarmos este estudo trazendo à baila da discussão que ‘espadim’ e ‘cadete’ são axiomas que, diferentemente da concepção do século XIX, hoje definem e compõem, inseparável e simbolicamente, as virtudes daqueles que aspiram à carreira no Exército.

Há de se considerar, contudo, que a atual concepção do primeiro vocábulo passa a existir a partir da década de 1930, por se tratar de uma reprodução, em escala reduzida, de uma espada. Ao passo que o segundo, embora já existisse no léxico militar, foi resgatado e passou a designar, sem quaisquer distinções, o título conferido aos alunos que ingressavam na Escola Militar do Realengo, hoje AMAN.

Distanciado o cadete, e sua arma simbólica atual, daqueles conceitos do século XIX, oriundos dos pareceres dos Conselhos de Direção e Averiguação do Exército – que julgavam, reconheciam e habilitavam, por comprovação de descendência, a graduação

ao posto para os filhos de militares, temos uma linha cronológica muito bem delimitada: antes e depois de 1931.

Isso posto, nossa abordagem histórica seguirá, pautada pela legislação e pela crônica, tratando as armas e postos de acordo com os padrões linguísticos e culturais da época.

Sendo assim, para designar as pequenas armas brancas cingidas pelos alunos das escolas militares durante o século XIX e início do XX, utilizaremos punhais, adagas e espadas. E para nominar o último – e atual – modelo adotado, a partir de setembro de 1931, o vocábulo *espadim*.

Sendo assim, selecionamos alguns exemplares, não regulamentares, e os três últimos modelos oficiais adotados pelo Exército, que serão nossos objetos de estudo:

1. o primeiro modelo regulamentar imperial, de 1880;

* Historiador, membro do IHGSP e pesquisador associado ao CEPHiMEx.

** Historiador, membro do IGHMB e pesquisador associado ao CEPHiMEx.

2. o modelo republicano de 1894, que o substitui; e, por último,
3. o atual modelo espaldim Duque de Caxias, de 1931.

E por meio deles, promover uma abordagem de conjuntura histórica, analisando o contexto de sua adoção/regulamentação, observando, sempre, a evolução dos planos de uniformes e da própria estrutura das instituições de ensino militar no Brasil.

Introdução

Ao longo do período colonial brasileiro, o porte de armas de fogo e espadas sempre foi um privilégio para poucos senhores, fidalgos, funcionários de alta posição e militares, tanto na colônia quanto na metrópole. Inúmeras foram as pragmáticas, ordenações, decretos, leis e alvarás régios que versaram sobre as condições de porte, tamanhos, características e uso dessas armas.

A Ordenação do Rei D. João III, de 20 de fevereiro de 1539, constatando, por exemplo, que “acostumaram de pouco tempo para cá trazer espadas muito mais compridas do [que] antes”, impôs aos súditos uma marca limite de “cinco palmos de vara: entrando neles o punho e a maçã”, para as espadas cingidas em todos os territórios do reino. Essa medida equivalia a 1.10m aproximadamente.

Naquele contexto, a palavra *marca* não se referia a uma origem ou assinatura de fábrica ou de armeiro, mas tão somente à medida obrigatória e legal que delimitava o comprimento máximo de uma espada. Logo, seguindo a letra da lei, as que excedessem esse comprimento eram designadas como sendo “espadas fora de marca” e sua fabricação, posse ou uso eram severamente punidos por lei. Vide, por exemplo, o Alvará Régio de D. Sebastião, de 3 de agosto de 1557, que previa, inclusive, punição ao armeiro envolvido na produção das armas fora de marca.

Ainda transitando na seara das restrições e punições, evidenciamos, também, a proibição do uso por parte de criados e escravos – salvo quando em viagens, para defesa pessoal. E aos transgressores previa-se, inclusive, serviços forçados em galés e açoites,

conforme as legislações de 29 de março de 1719 e de 25 de junho de 1749, baixadas ao tempo de D. João V, e a de 24 de janeiro de 1756, baixada sob a regência de D. José I.

Dada a precariedade de nossas esparsas forças de defesa e do modesto material bélico que dispunham nossas hostes, sempre coube aos oficiais – das tropas regulares e dos corpos de milícias – a aquisição das armas para uso em serviço. Logo e evidentemente, os tamanhos e a qualidade desses pertences variavam de acordo com a necessidade de emprego e com as posses de cada militante.

Dessa forma, novos critérios passaram a ser adotados na metrópole, buscando criar condições para o uso de armas brancas, algumas delas fortemente vinculadas ao estado teocrático português, que intentava coibir o excesso e o luxo no uso de espadas, e ordens honoríficas, por parte dos súditos, diante da “ostentação que arruinava os valores cristãos na Corte”. Essas tentativas pouco produziram efeito no Estado do Brasil, sobretudo por conta do contexto das nomeações aos cargos militares, que, na maioria das vezes, ocorria por conta dos vínculos de nobreza, num território distante do controle e do rigor da Corte.

Como é sabido, durante grande parte do período colonial brasileiro, não havia uma força unificada que pudesse ser chamada de *exército português ultramarino*. Segundo o historiador Adler Homero, em sua publicação sobre a importância do Arquivo Histórico do Exército, a administração colonial era organizada de forma que cada capitania tinha suas próprias tropas, independentes de uma administração central, até com uniformes e equipamentos próprios.

Um oficial dos regimentos da Bahia, por exemplo, só poderia ser promovido para uma vaga aberta naquela capitania, já que não havia centralização de informações que permitissem o intercâmbio entre diferentes regiões. E essa situação era aceitável, e até desejada por Portugal, pois a metrópole não almejava criar uma unidade militar no Brasil.

Ainda segundo Romero, com a criação da Academia Militar em 1811 – consequência da transferência do aparato estatal de Lisboa para o Rio de Janeiro três anos antes –, inicia-se um processo de unificação,

padronização e tentativa de rotatividade dos oficiais por meio de uma carreira militar. É somente em 1829, porém, que seria criada uma relação unificada do corpo de oficiais e que só entraria em vigor, em 1841, após a assunção de D. Pedro II ao trono.

Outro fato que há de ser considerado é que, como também era comum a passagem de uma para outra classe de serviço, do Exército para a Marinha, e vice-versa, o cenário da armaria individual militar absorveu elementos vinculados aos dois universos: terrestre e naval. Logo, diferente do que se apregoa atualmente, o conjunto da armaria individual, civil e militar, até meados da primeira metade do século XIX, sempre

foi diversificado. Isso posto, o surgimento de armas de pequenas dimensões passou a ser amplamente empregado, inclusive como elemento simbólico, de distinção social e hierárquica, reproduzindo no Brasil um *modus operandi* europeu

Haja vista, por exemplo, as inúmeras pequenas lâminas, do tipo adaga/punhal, cingidas por bacharéis, médicos-cirurgiões e advogados, que figuram na iconografia colonial brasileira como herança dos quitós portugueses.

Na **figura 1**, apresentamos um desses exemplares adotado por médico-cirurgião¹.



Figura 1 – Exemplar de punhal, estilo gótico vitoriano, de fabricação inglesa, adotado por médico-cirurgião. Mede 30cm
Fonte: Acervo particular

De prata e com cabo de marfim, observa-se, na haste do bocal da bainha, o caduceu. Exemplares semelhantes foram utilizados como elemento simbólico de *status* junto às vestes por aqueles que obtinham titulação acadêmica. Daí a explicação de expressões como “punhal a bacharel”.

Muitos médicos, quando em serviço comissionado no Exército, adotariam essas pequenas armas junto

aos uniformes. Essa prática, mais tarde, se materializaria nas espadas de Corte.

Na **figura 2**, litogravura “Junta à Fernambouc” [Reunião em Pernambuco], de Jules David, feita a partir do desenho de Johann Moritz Rugendas, 1835, contemplamos o uso de uma dessas adagas/punhais.

O símbolo do aluno ao longo do século XIX



Figura 2 – À direita do personagem central, observa-se, suspenso à cintura do militar, sob a banda do uniforme, um punhal usado como símbolo do oficialato. A adoção de armas brancas de pequenas dimensões foi, no Brasil, uma prática ordinária legada dos usos e costumes portugueses.

Fonte: BDLB – Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Até meados da década de 1880, não havia regulamentação que determinasse um modelo específico de arma que representasse o aluno da Escola Militar. O que havia era um conjunto amplo de pequenas lâminas, que eram, por tradição e influência, inclusive estrangeiras, adquiridas às expensas dos alunos e incorporadas ao enxoval.

Com a fusão da Academia dos Guardas-Marinhas com a Academia Militar da Corte, em 1832, nascia a Academia Militar e de Marinha, que teria a breve existência de um ano. Esse fato acentuou, ainda mais, a influência cultural e militar dos alunos da Marinha sobre os do Exército. Aliás, a Imperial Resolução de 24 de agosto de 1850 contemplava a contagem de tempo de serviço para os casos da mudança de classe: da Escola da Marinha para a Escola Militar.

Mesmo após a dissolução proposta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e com as alterações promovidas pelos novos estatutos, que inclusive

realizaram mudanças na nomenclatura (passando à Escola Militar), administração, estrutura, quantidade de vagas e formas de ingresso, até fins do século XIX nenhum regramento estabeleceu padrão para arma de uso individual dos alunos-cadetes.

Dessa forma, a separação administrativa não promoveu, de imediato, uma ruptura capaz de eliminar do uniforme o uso de elementos comuns às duas classes de serviço. Dentre eles, as armas brancas de pequenas dimensões, que, desde o período colonial, eram empregadas e cingidas pelos guardas-marinhas no interior das embarcações por serem propícias para o combate em ambiente confinado.

Embora ilustrado e tipificado por lei, o modelo regulamentar (**figura 3**) coexistiu com uma série de outras variantes comerciais, que, adquiridas de maneira privada pelos alunos, contribuíram, naturalmente, para uma despadronização do equipamento na Armada.

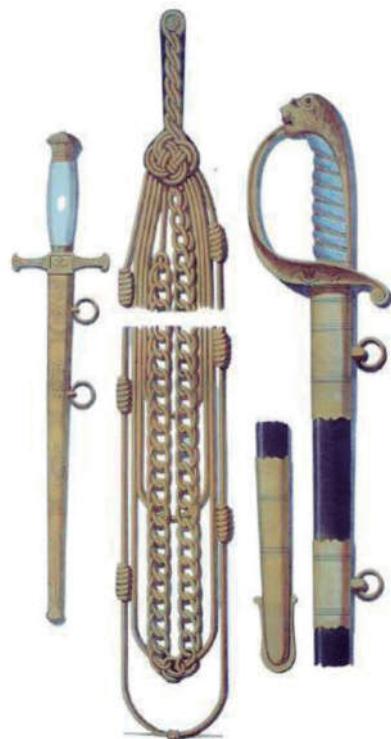


Figura 3 – Fragmento extraído da prancha que ilustra o Plano de Uniformes da Armada, baixado em 1856. Nela, observa-se o modelo de adaga destinada aos aspirantes a guarda-marinha. Influenciado pelos *dirks* da Marinha Real inglesa, a Armada Portuguesa legaria para a Armada Imperial Brasileira o uso desses tipos de punhais.

Fonte: Acervo particular

Dada a influência cultural daquela Arma sobre o Exército, a regulação do punhal naval, em 1856², contribuiu para que surgissem inúmeros exemplares “genéricos” de adagas/punhais (figura 4) para atender, também, os alunos da Escola Militar da Corte, sobretudo por conta da inexistência de regulamentação específica do Exército que versasse sobre o tema.



Figura 4 – Modelo de adaga não regulamentar para cadete, de aquisição privada, inspirada no modelo adotado pela Armada. Mede 40cm. No detalhe, observam-se instrumentos vinculados às fileiras escolares: esquadros, compassos, escalímetro, prumo, papiro etc.; e no segundo, um escudo com o acrônimo alusivo ao imperador D. Pedro II aparece junto a gravações genéricas buriladas na bainha.

Fonte: Acervo particular

A semelhança entre os modelos fez com que, inclusive, o assunto fosse tema de apreciação do Ministro da Guerra, em relatório de 1868, sobre a Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Nesse relatório, informando sobre a necessidade de acompanhar a marcha do desenvolvimento dos grandes exércitos dos Estados Unidos e da Europa, não escapou de mencionar a necessidade de se “adotar genuinamente um modelo de espada para o Corpo de Alumnos da Escola Militar da Corte”.

Observe e compare a semelhança das gravações na bainha e tamanho entre o modelo não regulamentar para cadetes e alunos da Escola Militar (figura 4) com o segundo punhal naval apresentado na figura 5.

Espadins (punhais) navais imperiais brasileiros

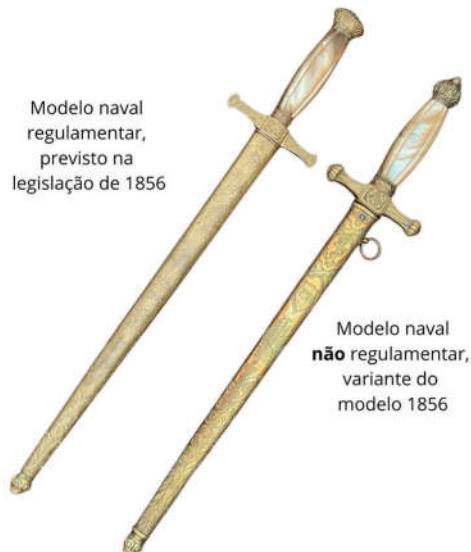


Figura 5 – Dois punhais (espaldins) utilizados por alunos da Escola Naval entre 1856 e 1889. Medem, respectivamente, 37.5cm e 40cm.

Fonte: Acervo particular

A propósito, a institucionalização de uma arma branca para os alunos das escolas militares, durante o século XIX, não fora apenas uma necessidade/exclusividade brasileira.

West Point, por exemplo, embora tenha adotado uma espada para os cadetes desde o início da década de 1800, submeteu essa arma a inúmeras pequenas alterações até surgir a espada de cadete de West Point ‘modelo 1872’.

Já o Exército Espanhol, mais antigo, possuía uma gama de armas brancas destinadas aos alunos das mais variadas instituições educacionais: preparatória e militares. Para os cadetes do Real Colégio de Artilharia, por exemplo, adotou-se, em 1830, um modelo de espada de gala, semelhante à dos oficiais de 1828³. Para os *Alumnos del Real Colegio Del Escorial*, uma espada em 1875. Para os *Alumnos de la Academia General Militar*⁴, em Zaragoza, em 1883, institui-se um sabre com lâmina lisa e cuja guarda apresenta o acrônimo “AG”. Enquanto para os *Alumnos de La Escuela de Ingenieros de Montes*, em 1891, oficializou-se um machete semelhante a uma adaga de caça.

No caso brasileiro, dada a centralidade da formação complementar, optou-se, assim como nos EUA, por uma espada única, que simbolizasse a condição de aluno durante os anos iniciais da formação, sobretudo para se evitar quaisquer conflitos com os planos

de uniformes baixados pelo Exército para os alunos-oficiais.

Assim sendo, escolheu-se um modelo de espada cuja estética, dimensões e materiais se assemelhassem e simbolizassem o corolário da carreira militar para o aluno.

Embora não se tenha um registro claro, há indícios na literatura, como as crônicas geradas a partir das reuniões da Câmara, protagonizadas pelo deputado Visconde de Taunay⁵, de que a espada para o Corpo de Alumnos, criada em julho de 1880 por regulamentação especial interna, baixada pelo Comando da Escola Militar da Corte⁶, fora inspirada na semelhança que guardava com a espada de general em uso desde 1852⁷. Transmitia-se, assim, simbolicamente por meio de um objeto que representa e assinala a posição hierárquica dos oficiais, a ideia de progressão linear na formação militar: dos bancos escolares ao generalato (**figura 6**).



Figura 6 – Espada de oficial-general do Império, variante do modelo instituído em 1852, fabricada na década de 1880. Observa-se, na face direita da lâmina, o pequeno Brasão de Armas do Império. Na outra, o acrônimo alusivo ao imperador D. Pedro II. Mede 88cm. Fonte: Acervo MHN

Estrutura organizacional da Escola Militar – modernização e o primeiro modelo regulamentar de espada para o Corpo de Alumnos no Império

Desde meados da guerra contra o Paraguai, promoveu-se, no Exército e em suas instituições acadêmicas, um profundo processo de reaparelhamento e modernização, que, dentre outras medidas, contou com comissões especiais voltadas para o material bélico, como a *Commission de Melhoramentos do Material de Guerra*, e para o ensino, a *Commission de Ensino*.

Esse processo promoveu grandes alterações na Força. E, em especial, na estrutura da Escola Militar da Corte: no orçamento, no comando, na instrução teórica e prática, nas dependências, nas formas de ingresso, no pessoal, nos quadros e, consequentemente, no regramento dos uniformes dos alunos.

Isso posto, em 1874⁸, temos, na Escola Militar da Corte, uma estrutura composta por três quadros (Administrativo, Magisterial e Prático), responsável por gerir quatro Cursos de Formação: Infantaria e Cavalaria – formação básica – e Artilharia, Estado-Maior e Engenharia – formação complementar destinada aos alunos-oficiais (figura 7).

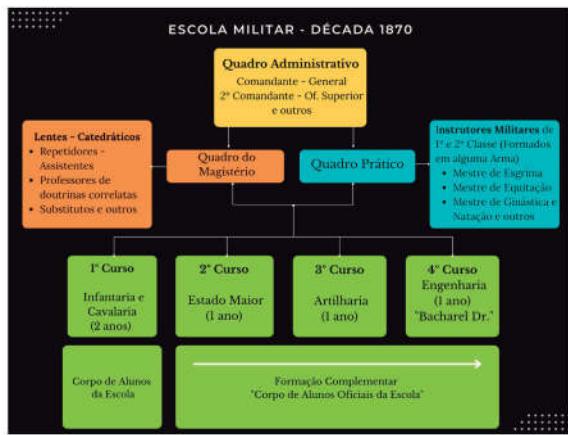


Figura 7 – Organograma resumido da Escola Militar da Corte, baseado nas alterações promovidas pelas legislações nas décadas de 1870 e 1880

Fonte: Elaborado pelos autores

Este último, considerado uma extensão do curso de Artilharia, outorgava ao aluno-oficial o título de Bacharel Doutor em Matemática e Ciências Físicas. Dessa forma, embora se faça ideia de que o Corpo de Alumnos fosse composto apenas por cadetes, havia, nos cursos de formação complementar, oficiais de patentes intermediárias e altas. Daí a designação dos postos precedida pela de aluno: "aluno-commandante, aluno-major, aluno-ajudante, aluno-capitão" etc.

Como reflexo dessa reorganização, por meio do Decreto nº 7.728 de 14 de junho de 1880, passaram as antigas Companhias de Alumnos a formar um só corpo: o Corpo de Alumnos da Escola Militar da Corte.

É essa unificação que abriu espaço para a tentativa de se padronizar uma arma para os alunos do 1º Curso de Formação, visto que, para os demais, os alunos-oficiais, a arma era a espada prevista pelo Plano dos Uniformes do Exército para os Corpos Especiais⁹. Com isso, embora não estivesse tipificado na lei, o modelo de espada de aluno, instituído em 1880, trazia na lâmina, por convenção cultural, as inscrições: "CORPO DE ALUMNOS", numa das faces, e "ESCOLA MILITAR", na outra (figura 8); de modo a delimitar seu uso durante o curso de formação básica enquanto *praça de pret*.



Figura 8 – O modelo de espada para alunos da Escola Militar da Corte trazia, numa das faces, acima do pequeno brasão de armas do Império, a grafia que designa a condição de uso, enquanto, na outra, acima do acrônimo PIIº, a especificação da esfera de emprego. Mede 86cm.

Fonte: Acervo particular

Sobre o uso da nova arma, e para que não houvesse dúvida, a legislação ainda versava que “os officiaes effectivos e alumnos das escolas militares deverão andar habitualmente armados com a espada respectiva ao uniforme”. Por esse motivo, acentuou-se a necessidade de grafar na lâmina as inscrições alusivas ao liceu militar. Outra constatação pertinente, fruto da evolução natural de se marcar a especificidade da arma, foi a adoção de um castelo na cruzeta da espada (**figura 9**).

Sobre o castelo, enquanto símbolo da escola – não confundir com o da Arma de Engenharia¹⁰ –, a mesma legislação de julho de 1880, que versava sobre a espada, e que não previa quaisquer inscrições ou símbolos, determinava o uso de um castelo bordado na gola e um metálico [grifo nosso], no *bonet*. Dessa forma, também por conveniência e por apropriação simbólica, passou-se a usar o castelo também na cruzeta das espadas.



Figura 9 – Três exemplares, todos de catálogo comercial do fabricante alemão WKC (Weyersberg, Kirschbaum & Cie) de Solingen, revendidos no mercado nacional pela casa Cunha Guimarães, uma das mais famosas alfaiatarias do Rio de Janeiro.

Fonte: Acervo particular

Isso explica a existência de, pelo menos, três versões do mesmo modelo de espada (**figura 9**).

1- Espada M1880 com cruzeta lisa (A);

2. Espada M1880 com orifícios na cruzeta para aplicação do castelo metálico, usado no *bonet*, por exemplo (B); e

3. Espada M1880 com castelo fundido, de fábrica, na cruzeta da arma (C).

Logo, por meio da análise comparativa entre o disposto na legislação: “espada de aço com guarnições de metal amarelo e bainha de couro envernizado, guarneida do mesmo metal [latão], sendo o punho de osso [ou marfim], de curvatura pouco pronunciada, com 72cm totais: 12cm de punho e 60cm de lâmina”; com a evolução fabril do material militar, fica evidente que a inserção do castelo, espontaneamente aplicado por alguns alunos, tornou-se um *modus operandi* entre o Corpo a ponto de provocar na indústria a produção da arma já com o referido símbolo.

Dessa forma, e amparado pela norma, assim como o talim, fiador e as luvas, as espadas também eram itens que deveriam ser adquiridos às expensas dos alunos. Isso significa que, como não eram abonadas pelo Estado (**figura 10**), coexistiram inúmeras variantes de espadas. Algumas com, outras sem o castelo. Umas mais, outras menos luxuosas. Inclusive registra-se a existência de alguns exemplares com gravações semelhantes às das espadas de general (**figura 11**).

Tabela das peças de fardamento que devem ser abonadas nos alunos praças de pret									
ÉPOCAS DA DISTRIBUIÇÃO	BLUSA DE BRIM PARADO	BONET	BOTINAS	CALCA DE BRIM BRANCO	CACO DE PANO AZUL	CACO DE BRIM PARDO	GRAVATA DE SERIA	MANTA DE LÃ	SOUDEGASCA COM PLATINAS
Na primeira admissão e sómente por uma vez.....	1	1	1	1	1	1	1	1	1
No fim do primeiro semestre de cada anno.....	1		1						
No princípio de cada anno para os que continuarem a estudar.....	1	1	1	1		1	1		
No princípio de cada dous annos, idem.....					1				1

Figura 10 – Tabela publicada em 1882 pelo Comando da Escola Militar com a quantidade, especificação e ocasiões da distribuição das peças do fardamento para alunos. Observe que nela não há previsão de luvas, talim e espada.

Fonte: Os autores



Figura 11 – Exemplar “de luxo” por conta das gravações de carvalho nos metais, do banho de ouro e do emprego de marfim no cabo. No detalhe, o orifício para aplicação do castelo. Mede 84cm. Fonte: Acervo particular

A fotomontagem da **figura 12** reúne os cinco modelos de uniformes instituídos pela Escola Militar. No que tange a essa abordagem, seguindo o ordenamento, apontamos o uso do talim e da espada M1880 também no segundo uniforme.



Figura 12 – Modelos de uniformes instituídos pela Escola Militar. Fonte: Elaborada pelos autores a partir do original *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*, de G. Barroso e J. Wasth Rodrigues

No registro da **figura 13**, alunos do 1º Curso de Formação em uniforme de passeio: sobrecasaca azul ferrete, de trespasso, com oito fileiras de botões e gola

deitada, com calça de brim e *bonet caraignac* branco do uniforme de exercício/instrução.



Figura 13 – Do lado esquerdo da imagem, em posição de destaque, um aluno-alferes posa em duelo com um aluno da Escola Militar da Corte, em 1888, no bairro de São Cristóvão/RJ. Fotografia de Eduardo Bezerra.

Fonte: Instituto Moreira Salles

Observe que a arma cingida pelo aluno é diferente da do alferes. Este último, mesmo frequentando as fileiras da Escola Militar, gozava da prerrogativa hierárquica de ser aluno-oficial. E, portanto, diferentemente de seus pares acadêmicos, trajava o uniforme com a respectiva espada de oficial do Exército de acordo com o Plano de Uniformes do Exército vigente à época.

O único elemento visual, distintivo, que diferenciava um oficial de um aluno-oficial era a estrela dourada bordada no ombro esquerdo da sobrecasaca. O mesmo distintivo também estava previsto para todo o Corpo de Alunos. Fato é que, ao passo que a terceira versão de espada para aluno se consolidava, em meados da segunda metade da década de 1880, crescia também, inclusive dentro da escola, a insatisfação de grupos contra o regime monárquico.

Isso posto, pode-se dizer que o primeiro modelo regulamentar de espada para os alunos da Escola Militar da Corte, com seus símbolos e novas tradições, não teria uma vida muito longa diante do movimento republicano, que romperia esteticamente com a arma pós-1889.

A República e o novo modelo de espada para os cadetes

Se é sabido que “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (Le Goff, 1992, p. 169), o advento do golpe republicano de 15 de novembro de 1889, ao promover transformações na estética dos uniformes militares brasileiros, suprimindo elementos vinculados à monarquia e os substituindo por uma estrela republicana, buscou delinear um novo marco nas Forças.

É nesse contexto de adaptação e conversão, chamado por alguns pesquisadores de “período de transição”, que a espada de aluno da Escola Militar, de 1880, foi contemplada pela tolerância e absorvida pela legislação que estabeleceu o novo Plano para os Uniformes dos Officiaes e Praças do Exército e dos Alunos das Escolas Militares¹¹ (figura 14). Isso justifica a existência de exemplares cujo brasão imperial e o acrônimo PIIº tenham sido suprimidos da lâmina.

Epochas de distribuição	Peças de fardamento									
	Blusas de brim pardo	Bonets	Botinas, pares	Calças de brim branco	Calças de brim hardo	Calças de flanelha azul	Capas de brim branco para honest	Coturno, pares	Dolmans de flanelha azul	Mantas de lã
A 1.º de Março de cada anno para os que se matriculam pela primeira vez	2	1	1	1	1	1	2	—	1	1
A 1.º de Março de cada anno para os que continuam a estudar	2	1	1	1	1	1	2	—	1	—
A 1.º de Setembro de cada anno	1	—	1	1	1	—	—	—	—	—
A 1.º de Junho e de Dezembro de cada anno	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
No fim de cada dous annos, a contar do primeiro recebimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1

Figura 14 – Tabela de distribuição de fardamento, organizada pelo Major Henrique Valladares, aprovada por Aviso de 18 de janeiro de 1890. Permanecendo a tradição da aquisição individual, a espada não aparece na relação das peças do fardamento abonadas pelo Exército ao aluno.

Fonte: Os autores

Esses exemplares, chamados de “convertidos”, permaneceram em uso durante anos. E, assim como na época do Império, continuaram a ser adquiridos, e muitas vezes adaptados, às custas dos alunos. Imaginar que a arma seria descartada por conta da mudança do regime é um equívoco. E isso se explica, por exemplo, pela quantidade de armas – inclusive de oficiais – que se encontra com sinais de conversão.

Outro fator que contribuía sobremaneira para a popularização dessa prática, feita simplesmente pela obliteração dos símbolos que aludiam ao antigo regime, ocorria por conta do alto custo de importação dessas armas se comparado ao soldo¹².

De acordo com o professor Janote Pires Marques¹³, analisando o regulamento que reorganizou as escolas militares do Exército no início da República¹⁴, nota-se o predomínio do saber “científico”. Uma clara influência do “Regulamento Benjamin Constant” sobre as práticas e procedimentos burocrático-pedagógicos, que, diferentemente do regime anterior, buscava uma padronização entre os bancos escolares das instituições de ensino militar no país como seio propagador da doutrina da profissionalização para a guerra.

Assim sendo, de acordo com o regramento de abril de 1890¹⁵, os alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul formariam duas companhias. Os da Escola Militar do Ceará, apenas uma. Ambas formariam a Companhia de Alumnos cuja organização seria igual à do Corpo de Alumnos da Escola Militar da Capital Federal.

E o Corpo de Alumnos da Escola Militar do Rio de Janeiro, por sua vez, ficou dividido em Estado-Maior e Estado-Menor, e com quatro companhias.

Essa tendência, que encontrou guarida nos primeiros dois governos republicanos, também ficaria expressa no decreto de agosto de 1894¹⁶, quando então foi baixado um novo regramento que definiu a nova espada para os alunos da Escola Militar. Essa espada, diferente da antecessora, passou a ser fornecida pelo Estado aos alunos, enquanto carga da instituição, durante o curso de formação.

A partir de 1894, portanto, tem-se uma nova arma: uma espada com bainha de couro envernizado, com as partes metálicas em prata inglesa [de metal branco],

com as Armas da República estampadas na cruzeta e com cabo de couro preto (**figuras 15 e 16**).



Figura 15 – Espada M1894 com punções “AG” do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Ao contrário do modelo imperial, a nova espada republicana, sob a perspectiva da uniformidade, passou a ser abonada pelo Exército enquanto carga da instituição. Mede 85cm.

Fonte: Acervo particular



Figura 16 – Espada M1894, carga da Escola Militar. Diferentemente da anterior, o modelo republicano traz estampado na cruzeta o Brasão de Armas da República, numa das faces da lâmina a inscrição “Estados Unidos do Brazil”; enquanto, na outra, manteve-se “Escola militar”. Mede 85cm.

Fonte: Acervo particular

Dessa forma, encarnada com as novas simbologias, passaria a arma a representar, indistintamente, todas as companhias que formavam o Estado-Menor do Corpo de Alunos das escolas militares dos Estados Unidos do Brasil: da Capital Federal, do Rio Grande do Sul e a do Ceará.

Aqui há de se pontuar, a fim de evitar confusões, que o modelo republicano de espada para o Estado-Menor do Corpo de Alunos da Escola Militar coexistiu com uma arma análoga, destinada aos oficiais, e que não tem relação alguma com a esfera acadêmica militar.

Por conta de um lapso ocorrido nas primeiras legislações dos uniformes, baixadas ainda durante o governo provisório da República, não se previu/determinou na lei o uso do talim no uniforme de serviço dos oficiais (3º e 4º uniformes). Por esse motivo, por conta da necessidade do uso de espada para atividades como a continência, passagem de serviço e saudação à bandeira, adotou-se, de maneira não regulamentar, o uso de uma espada menor e mais leve, que pudesse ser cingida suspensa pelo cinto da calça e por baixo da túnica (**figura 17**). Essas armas ficariam mais tarde conhecidas como “sabre de uso interno” devido ao uso em atividades nos quartéis.



Oficial Engenheiro

Oficiais de Infantaria

Figura 17 – Oficiais em terceiro e quarto uniformes, cingindo o sabre não regulamentar. Década de 1890.

Fonte: Elaborada pelos autores a partir do original *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*

A ausência do talim acima mencionado criou uma demanda que provocou no comércio o surgimento de uma série de espadas, símeis à dos alunos, mas destinada aos oficiais do Exército. Em especial, modelos específicos para os oficiais dos Corpos Sanitários (médico e farmacêutico) e do Corpo de Engenheiros. Este último, com castelo na cruzeta, igual ao modelo imperial de 1880, utilizado pelos alunos da Escola Militar da Corte. Daí a confusão.

Tempos depois, também por meio do Plano de 1894, buscando legalizar as novas armas, o governo publicaria um texto semelhante, inclusive ao de criação da espada de aluno, regulamentando o uso da segunda arma aos uniformes dos oficiais:

De bainha de couro, sem copos, com as mesmas dimensões da anterior, tendo a parte metálica do punho, as braçadeiras, o olhal, a cruzeta e a ponteira, de prata inglesa ou de metal branco; as Armas da República na cruzeta e o punho de pelle de arraia. Só a primeira braçadeira terá olhal.

Com isso, regulamentou-se um novo modelo de espada para os oficiais muito semelhante à dos alunos, cujo único elemento estético divergente estaria na lâmina. Na **figura 18**, o comparativo das duas armas: a espada de aluno da Escola Militar e a espada de oficial, de uso interno, absorvida pela legislação em 1894.



Figura 18 - Acima, a espada republicana do Corpo de Alunos da Escola Militar. Abaixo, desembainhada, a arma adotada pelos oficiais e regulamentada pela legislação. Ambas trazem na cruzeta o Brasão de Armas da República estampado. Embainhadas, as armas são impossíveis de diferenciar. Medem 85 cm.

Fonte: Acervo particular

O lapso jurídico de 1890 e a efetivação das espadas não regulamentadas, em 1894, também levaria a indústria alemã a produzir novos modelos para o mercado brasileiro (**figura 19**).



Figura 19 – Espadas do catálogo comercial da empresa alemã Weyersberg Kirschbaum & Cie., década de 1900.
Fonte: Acervo particular

O atual modelo espadim Duque de Caxias

Aqui temos uma ruptura estética no padrão da arma representativa dos alunos das escolas militares: a adoção de uma miniatura, em escala reduzida de $\frac{1}{4}$, de uma¹⁷ das mais famosas armas cingidas em nossas Forças: a espada de presenteação outorgada pelo governo brasileiro ao ínclito Duque de Caxias após a Guerra contra o Paraguai – hoje chamada de Espada Invicta.

Antes de adentrarmos ao tema, porém, é imperioso estabelecer que a arma selecionada como modelo para a fabricação dos espadins dos cadetes não é o exemplar cingido pelo Marquês de Caxias durante as campanhas enquanto oficial-general. Afinal, como é sabido, a arma apresenta na lâmina, originalmente, um listel cuja reserva lê-se “DUQUE DE CAXIAS”. E a outorga do título honorífico de duque, ao então Marquês de Caxias, ocorreu em meados de março de 1869¹⁸, quando do retorno do ínclito militar ao Brasil (**figura 20**).



Figura 20 - No detalhe, a seção da lâmina da espada com a grafia que alude ao ducado concedido ao General Marquês de Caxias por sua indelével atuação na campanha contra o Paraguai – Fotografia realizada pelos autores.

Fonte: Acervo do IHGB

A simples observação da inscrição nobiliárquica na lâmina, irremediavelmente, insere a arma no recorte temporal pós-1869.

Inúmeros poderiam ser os fatores que levaram o Exército a adotar o sabre estiloso mameluco, inglês, como matriz. Dentre eles, a necessidade, à época, de selecionar um objeto que representasse, como símbolo, a honra militar e que incutisse nos alunos, e no próprio Exército, os rigores da disciplina em um contexto pós-revoluções: 1922, 1924 e 1930.¹⁹

Ao analisar, contudo, cuidadosamente a peça custodiada, desde 1925, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁰, conclui-se que a espada se trata de um símbolo corolário, dado aos elementos decorativos e representativos da lâmina e da inexistência de quaisquer intervenções posteriores. Nem mesmo marcas naturais de atrito, de uso em combate, por exemplo.

Numerosos são os fatores que, ao longo do tempo, contribuíram para que a opinião pública, e até mesmo instituições renomadas, assumissem ser aquela a espada bradada pelo ínclito marechal em campanha.

Dentre eles, destacamos:

- a ausência de detalhamento e especificação das armas legadas em testamento, realizado em 23 de abril de 1874, pelo venerando general²¹;
- a publicação do artigo “O Espadim de Caxias” na *Revista Militar Brasileira*, nº 3, jul/set 1978, volume 114, p. 61 a 68, de autoria do Cel Cláudio Moreira Bento (posteriormente digitalizado e publicado no sítio digital da Academia de História Militar Terrestre do Brasil)²²
- a ausência de estudos e fontes, também à época, sobre os fabricantes e fornecedores das espadas; e
- a ausência de uma análise técnica, desprovida de paixões, que examinasse as características do objeto sob a ótica da História.

Isto pontuado, consideremos também que:

- o decreto de criação²³ do espadim, no inciso 5º, letra a), que versa sobre o 3º uniforme, ao determinar a

medida do espadim, traz “Com 60 cm de comprimento. Cópia da espada do Duque de Caxias”. O mesmo se aplica ao Boletim Interno 70 de 10 de outubro de 1931;

– mesmo à época, quando da entrada do espadim em serviço, a crônica trata o objeto como “arma distintivo que reproduz o sabre glorioso do invicto soldado”²⁴, “espadim symbolico, reprodução da espada do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva”²⁵, “restabeleceu-se o antigo espadim do cadete dos velhos tempos, mas, agora, um espadim symbolico, porque é a minatura do sabre glorioso de Caxias”²⁶ [...].

Logo, fica evidente que, mesmo na ocasião da eminente criação, não se afirmava ser aquela a espada cingida pelo Condestável em campanha²⁷. Aqui não se contesta, porém, o *status* de invicta que a indelével arma carrega.

A arma galardoadada ao Generalíssimo Caxias, assim como a coroa do ducado, são símbolos incontestes de reconhecimento público do Estado brasileiro diante dos indeléveis serviços militares prestados à época e que, consequentemente, confirmaram-se por meio da assunção do ancião general aos mais elevados postos da vida civil da Corte em uma clara demonstração de confluência militar, política e diplomática.

Isso posto, delineado e clarificado, retomamos ao atual modelo.

A entrada em serviço do espadim Duque de Caxias se deu em uma quinta-feira, dia 15 de dezembro de 1932, ocasião em que foram entregues 738 exemplares aos cadetes da Escola Militar do Realengo. Desde então, o espadim manteve-se o mesmo. Salvo pequenas alterações, todas oriundas de variações produtivas comerciais, ocorridas por conta da substituição de fornecedores.

O primeiro deles, inclusive responsável pela confecção do molde em escala reduzida, foi a empresa alemã ALCOSO (acrônimo de Alex Coppel & Sohn) da cidade de Solingen (figura 21). Esses modelos, mais antigos, são identificados pelo símbolo da empresa gravado no ricasso/talão direito da lâmina.



Figura 21 – Selo comercial e timbre da empresa alemã fabricante dos primeiros modelos do espadim Duque de Caxias. O primeiro, ainda na fábrica, era colado nas embalagens de papel que embrulhavam os espadins.

Fonte: Acervo particular

Embora não seja preciso, o fornecimento alemão para o mercado nacional perdurou até meados da década de 1930, quando, então, o Brasil rompe relações com a Alemanha.

A partir de então, entra em cena o primeiro modelo de espadim de produção nacional, confeccionado pela metalúrgica rio-grandense EBERLE.

Sobre este fabricante/fornecedor, é importante observar que, por conta da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a empresa foi declarada de interesse militar e parte de sua produção, pós-1942, passou a atender, também, as escolas e academias militares das polícias estaduais. Essa prática perduraria por décadas até o surgimento de concorrentes no mercado nacional.

Diferentemente dos espadins de origem alemã, os produzidos nacionalmente apresentavam no ricasso a sigla “AEC” dentro de um triângulo.

Na figura 22, um exemplar de espadim produzido pela metalúrgica Abramo Eberle & Cia, sediada em Caxias do Sul/RS. Esse símbolo permaneceu em uso nos espadins produzidos pela empresa até meados da década de 1960.



Figura 22 – Exemplar de espadim Duque de Caxias conhecido popularmente como “AEC”. Mede 60cm.
Fonte: Acervo particular

Após alterações administrativas promovidas pela empresa Eberle, a metalúrgica passou a adotar uma nova logomarca. Dessa vez, grafado por extenso EBERLE dentro de uma caixa sobre a marca registrada (figura 23). Esses espadins, assim como os antecessores, também eram ofertados para aquisição privada dos cadetes e estavam desprovidos de numeração. Considerando o grande número de exemplares adquiridos pela Escola Militar/AMAN ao longo dos anos, a longa permanência do mesmo modelo em serviço e a prática de manutenção do patrimônio de se reaproveitar partes de um espadim para reposição de peças e conserto de outro, ainda hoje se pode encontrar exemplares remanescentes do lote alemão com peças contemporâneas dos fabricantes brasileiros.



Figura 23 – Exemplar EBERLE, produzido para a AMAN. Mede 59cm.
Fonte: Acervo particular

Considerações finais

Assim sendo, constata-se que, entre a primeira outorga do modelo atual, em 1932, e a última, realizada em agosto de 2023, o espadim Duque de Caxias foi, entre as três armas simbólicas regulamentares

adotadas ao longo de toda a existência da Escola Militar, a mais longeva e contribuiu, sobremaneira, para a transmissão, promoção e consolidação dos valores da “rija têmpera moral e cívica” do ínclito Caxias a milhares de cadetes ao longo de mais de nove décadas. Mantém-se, desde então, como bastião incólume da hierarquia, da disciplina e do amor pátrio.

Referências

A ESCOLA Militar do Ceará. **Práticas pedagógicas e cotidiano Estudantil (1889-1898)**. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2010/01_artigos/2010-9-escola-militardoceara.pdf. Acesso em: 13 jan 2024.

BENTO, Moreira. **A Origem do Espadim Caxias**. O Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército – História. Disponível em: [https://www.ahimtb.org.br/A%20ORIGEM%20DO%20ESPADIM%20DE%20CAXIAS%202%20\(2\).pdf](https://www.ahimtb.org.br/A%20ORIGEM%20DO%20ESPADIM%20DE%20CAXIAS%202%20(2).pdf). Acesso em: 21 fev 2024.

BRASIL. Decreto nº 2.105, de 8 de fevereiro de 1873. Augmenta os soldos dos officiaes e praças do Exército e Armada, e os vencimentos dos empregados do Thesouro e diversas repartições do Ministério da Fazenda. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2105-8-fevereiro-1873-550416-publicacaooriginal-66369-pl.html>. Acesso em: 4 jan 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.625, de 2 de maio de 1874. **Plano de Uniformes de 1874**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5625-2-maio-1874-550303-publicacaooriginal-66051-pe.html>. Acesso em: 23 fev 2024.

BRASIL. Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890. Promulga o regulamento que reorganiza o ensino nas escolas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-330-12-abril-1890-524468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 dez 2023.

BRASIL. Decreto nº 694 de 28 de agosto de 1890. Estabelece novo plano para os uniformes dos officiaes e praças do Exército e dos alumnos das escolas militares. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-694-28-agosto-1890-522418-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 dez 2023.

BRASIL. Decreto nº 1.729-A de 11 de junho de 1894. Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exército, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Invalidos da Patria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorarios e estabelece novo plano de arrejamento para as montarias dos officiaes e praças. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/>

decret/1824-1899/decreto-1729-a-11-junho-1894-509638-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 jan 2024.

BRASIL. Decreto nº 20.438 de 24 de setembro de 1931. Aprova o plano de uniformes do Corpo de Cadetes da Escola Militar. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20438-24-setembro-1931-522442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 fev 2024.

CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório**: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/2112/1251/3591>. Acesso em: 31 mar 2024.

COLLEGE of Forestry Engineers pupil's machete. **Machete Alumno Escuela de Ingenieros de Montes modelo 1891**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/machete_ingeniero_montes.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

ESPADA DE CEÑIR Oficiales y cadetes de Artillería modelo 1828. **Artillery Officer's and cadets' small sword**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/1828_espada_oficial_cadete_Artiller%C3%ADA.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

ESPADA Alumnos del Real Colegio del Escorial hacia 1875. **Royal College of El Escorial pupils' saber**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/Espada_Alumno_Colegio_Escorial.pdf. Acesso em: 29 dez 2023.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Octavio; FERES, Zakia; GONÇALVES, Sonia; MADUREIRA, Lucena Barbosa. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares, **Revista Brasileira de Economia** – RBE, EPGE Brazilian School of Economics and Finance – FGV EPGE (Brazil), vol. 25(4), October. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/download/67/6249/0>. Acesso em: 19 mar 2024.

JORNAL do Commércio (RJ). Edição de 26 de agosto de 1928. **Uma relíquia inestimável**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=%22espada%20de%20caxias%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=29034. Acesso em: 30 mar 2024.

JORNAL do Commércio (RJ). Edição de 17 de dezembro de 1932. **O Duque de Caxias**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=%22Duque%20de%20Caxias%22&pagfis=757. Acesso em: 29 fev 2024.

JORNAL Correio da Manhã. Edição de 17 de dezembro de 1932. **O Compromisso dos Cadetes** – A Entrega do Espadim aos Alumnos da Escola Militar". Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=espadim%20caxias&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=14448. Acesso em: 29 fev 2024.

JORNAL Correio da Manhã. Edição de 17 de março de 1934, **A Formação do Official Brasileiro – Uma interessante palestra com o General José Pessôa, commandante da Escola Militar**”. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=espadim%20caxias&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=21082. Acesso em: 29 fev 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MINISTÉRIO DA GUERRA. **Aviso de 18 de janeiro de 1890**. Tabella n.1. Tabella de distribuição de fardamento aos alunos das escolas militares.

NOBRE, Eduardo. **As Armas e os Barões**. Lisboa: Quimera, 2004.

ORDEM do dia nº 185. Quartel General do Exército na Corte. **Decisões proferidas sobre pareceres e conselhos de direção e averiguação para o posto de cadete**. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22cadete%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.br&pagfis=12750. Acesso em: 20 jan 2024.

REVISTA Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente (RJ), ed. 24 dez. 1932. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=AMAN&pagfis=81887>. Acesso em: 29 mar 2024.

ROMERO, Adler de Casto. **A importância do Arquivo Histórico do Exército Sabre de aluno da Academia General Militar**. Disponível em: https://www.vicentetoledo.es/sites/default/files/1883_sable_Academia_Militar_b.pdf. Acesso em: 14 fev 2024.

SOBRAL, J. Postos e Cargos Militares Portugueses. **Audaces**, 2008.

UNIFORMES do Exército Brasileiro. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon53157/icon53157.pdf. Acesso em: 17 mar 2024.

Boletins Internos da AMAN

BI nº 288 de 6 Dez 1932 – Inclui os primeiros espadins em carga.

BI nº 297 de 16 Dez 1932 – Ordem do Dia alusiva a primeira entrega e juramento dos espadins pelos cadetes.

BI nº 141 – 1938 – Regula o uso dos espadins.

BI nº 157 – Regula o fornecimento de espadins a cadetes falecidos.

NOTAS

¹ Pertenceu ao Dr. Manuel José Murtinho, que, em 1855, atingiu a graduação de tenente-coronel cirurgião-mor, de divisão, em Mato Grosso.

² Decreto nº 1.829 de 4 de outubro de 1856.

³ Real Ordem de 31 de maio de 1828.

⁴ A Academia General Militar espanhola foi criada pelo Real Decreto de 20 de fevereiro de 1882. Em 5 de março de 1883 é baixado o Regramento da Uniformidade por meio da Real Ordem de 1883.

⁵ A prestimosa atuação parlamentar, por duas legislaturas, rendeu ao Major Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay (1843-1899) os louros de haver incorporado na legislação brasileira medidas de alta benemerência a classe militar: a imprescritibilidade dos direitos das viúvas dos militares ao meio soldo, o regulamento das tabelas de soldo e etapas e a contagem em dobro do tempo de serviço em campanha.

⁶ Aviso do Ministério da Guerra: Plano de Uniforme para o Corpo de Alumnos, dos Músicos e Cornetas da Escola Militar da Corte, baixado em 14 de julho de 1880.

⁷ Decreto nº 1.029 de 7 de agosto de 1852.

⁸ Decreto nº 5.529 de 17 de janeiro de 1874.

⁹ Decreto nº 5.625, de 2 de maio de 1874.

¹⁰ Até 1880, a Engenharia era uma extensão do Curso de Artilharia. É a partir do início dessa década, sobretudo em 1884, por meio da Proposta de Reorganização do Exército, que vai se fortalecer e consolidar a separação do curso em Arma de Engenharia.

¹¹ O Decreto nº 694 de 28 de agosto de 1890 assinala, nas Observações para o Corpo de Alumnos das Escolas Militares que: “Os alumnos poderão usar, fóra das formaturas, talim, espada, fiador, como os adoptados no último plano (o de 1880) [grifo nosso], e luvas de pelica branca com o fardamento do 1º uniforme”

¹² Como referencial, citamos que, no início da década de 1870 uma espada de oficial, de metal amarelo ou prateado, era vendida no comércio do Rio de Janeiro por valores que variavam entre 23\$000 e 28\$000. Nesse mesmo período, segundo o Decreto nº 2.105, de 8 de fevereiro de 1873, o soldo de um alferes, ou 2º tenente, era de 60\$000. Menos de uma década depois, em meados de 1882, o valor de uma espada correspondia ao aluguel de uma ‘estalagem’ composta de quarto e uma sala, de 3m² cada, com uma pequena cozinha no subúrbio do Rio de Janeiro.

¹³ Professor do Colégio Militar de Fortaleza (CMF).

¹⁴ Decreto nº 330 de 12 de abril de 1890, que promulgou o regulamento que reorganizou o ensino nas escolas do Exército.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Decreto nº 1.729-A de 11 de junho de 1894, que Approva novo plano para os uniformes dos officiaes effectivos, reformados e praças do Exército, alumnos das Escolas Militares, Collegio Militar, Inválidos da Pátria e Escola de Sargentos; altera o adoptado para os officiaes honorários e estabelece novo plano de arreitamento para as montarias dos officiaes e praças.

¹⁷ Sabe-se, comprovadamente, da existência de três delas:

1. A espada utilizada enquanto oficial superior, modelo de soldado adotado pela Imperial Guarda de Honra, de fabricação inglesa, de propriedade do Museu Histórico do Exército, sediado no Forte de Copacabana. Segundo o extinto DEP – DACEP, Seção de Estudos, Pesquisas, Tombamento e Publicações do Museu do Exército, no Tombo nº 1.289, a procedência dessa arma é oriunda de São Luís, Maranhão, 1840;
2. O exemplar estilo mameluco, com cabeça de leão, fabricado por F. Backes (F. Delacour & F. Backes), ofertado pelo povo ao generalíssimo ao fim da Campanha no Paraguai, de posse da AMAN; e
3. O modelo abordado neste estudo e que serviu de molde para o atual modelo de espadim em uso.

¹⁸ Sobre a outorga do título, considerar que, segundo Ordem do Dia nº 275, emitida no Quartel-General em Montevidéu, Caxias deixa, aos 65 anos de idade, o Comando em Chefe da Forças em 7 de fevereiro de 1869. Já de volta ao Rio de Janeiro, é condecorado com a Medalha Militar, em 20 de fevereiro, e recebe por carta de mercê o primeiro e único título de duque outorgado a um brasileiro nato (e sem vínculo com a Família Imperial) em 23 de março do mesmo ano.

¹⁹ Sobre a questão da integridade institucional do Exército e a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos, vide “Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro”, de autoria do professor Celso Castro da FVG.

²⁰ De acordo com Cel Cláudio Moreira Bento, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em publicação eletrônica no sítio da referida entidade, denominada *O Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército – História*, a “espada de campanha [grifo nosso] foi localizada pelo Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, um de seus biógrafos. Encontrava-se ela em poder de descendente direto de Fonseca da Costa, o Capitão-de-Corveta Caetano Taylor da Fonseca Costa. Esse oficial, em gesto que se reveste de nobreza e patriotismo, decidiu, em 1925, doar a valiosa relíquia, por intermédio do Dr. Vilhena de Moraes, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde se encontra” deste então. Até o presente momento, contudo, a espada nunca passou por uma análise técnica e se manteve como sendo a arma que Caxias usou enquanto oficial-general por conta da confirmação do professor Pedro Calmon.

²¹ De acordo com a edição do *Jornal do Comércio* (RJ) de 9 de maio de 1880, Caxias deixou o seguinte legado tirado de sua terça: “Ao general Barão da Penha todas as suas armas, inclusive a sua espada de comando, com a qual fez todas as campanhas [...]”.

²² Segundo o autor do referido estudo, a validação da arma como sendo a mesma empregada em campanha por Duque de Caxias veio do parecer do professor Pedro Calmon: “O professor Pedro Calmon – velho e fiel amigo da AMAN, onde já ministrou aulas inaugurais – confirmou ser aquela a espada que o Patrono do Exército usou em campanha como oficial-general.” Essa mesma citação também pode ser encontrada na edição nº 2 do *Jornal Agulhas Negras*, órgão oficial da Sociedade Acadêmica Militar, de agosto de 1978.

²³ Decreto nº 20.438 de 24 de setembro de 1931.

²⁴ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 17 de dezembro de 1932, “O Compromisso dos Cadetes – A entrega do espadim aos alunos da Escola Militar”.

²⁵ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 26 de agosto de 1933, “O chefe do governo se fez representar numa cerimônia na Escola Militar”.

²⁶ *Jornal Correio da Manhã*, edição de 17 de março de 1934, “A formação do official brasileiro – Uma interessante palestra com o General José Pessôa, commandante da Escola Militar”.

²⁷ Para saber mais, vide *ANÁLISE DOS SABRES DO ÍNCLITO CAXIAS*. Estudo técnico realizado pelos autores, em fevereiro de 2022, a pedido da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.

VANTAGENS DA ASSINATURA

- Alta qualidade das publicações, de interesse para militares e civis de diversas profissões, com temas de Relações Internacionais, História Geral e do Brasil, História Militar, Chefia e Liderança, Geopolítica, Ciência Política, Tecnologia de Defesa etc.
- Pagamento com desconto em relação à compra de exemplares avulsos.
- Comodidade de recebimento dos livros no endereço do assinante, via postal.

LIVROS DA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- Tipos de assinatura:

A – versão completa contendo 10 livros – R\$250,00

B – versão compacta contendo 5 livros – R\$200,00

Ao efetuar sua solicitação à BIBLIEx, o novo assinante poderá escolher títulos editados no ano corrente ou em anos anteriores.

A partir do ano seguinte ao da assinatura inicial, passará a receber somente os títulos dos futuros lançamentos.

Além de livros, a BIBLIEx publica revistas digitais, disponíveis gratuitamente no site:

- REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO;
- A DEFESA NACIONAL; e
- REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.





Biblioteca do Exército

Tradição e qualidade em publicações

www.bibliex.eb.mil.br



ISSN 0101-7284

